



Antonio Hohlfeldt

Teatro

a_hohlfeldt@yahoo.com.br

Aniversário inseguro

A passagem dos 168 anos de inauguração do Theatro São Pedro coincidiu, na semana passada, com a votação de um projeto de lei, enviado pelo Executivo do Estado, à Assembleia Legislativa, que teoricamente reorganizava a Fundação Theatro São Pedro, visando dotá-la de estruturas administrativas e funcionais para atender ao imenso crescimento da instituição. Aparentemente, notícia auspiciosa. Ledo engano.

O documento elaborado pela Secretaria de Planejamento, que passou pela Casa Civil e foi assinado pelo governador, foi votado e aprovado pelos deputados estaduais sem qualquer leitura crítica, nem mesmo por parte dos funcionários da Fundação que, até a sua votação, desconheciam completamente o teor do projeto. Não houve um único parecer exarado pelos deputados. Assim, o que se aprovou não atende às necessidades da instituição. Ao contrário, diminui-a e humilha sua equipe original.

Pela legislação, presidentes de Fundação e secretários de Estado estão classificados num mesmo patamar 13 de cargos e funções. No caso da Fundação Theatro São Pedro, sua presidência foi reduzida ao nível 12. Por quê? Ninguém sabe, nem foi explicado. Talvez porque é apenas o setor de Cultura do Estado. Isso tem reflexos graves para toda a estrutura fundacional, reduzindo remunerações, o que é uma enorme injustiça.

Por outro lado, como a Secretaria de Planejamento não dialogou uma única vez com a direção da Fundação, criou cargos técnicos para preenchimento exclusivo em nível universitário: com isso, iluminadores, eletricitas e cenotécnicos foram esquecidos. Pior: dois dos segmentos mais importantes da Fundação, o da bilheteria e o da direção de teatro, ocupados há décadas por dedicados e admiráveis funcionários, deverão demitir os atuais detentores de funções, porque, apesar de todas as suas reconhecidas qualificações, eles não possuem diplomas universitários. E agora, o que se faz?

Hoje existem três salas: Theatro São Pedro, a ser reaberto em novembro, segundo se anuncia; Teatro Simões Lopes Neto e Teatro Olga Reverbel. Quantos cargos dire-

tivos foram criados? Dois. O que vai acontecer? Algum funcionário vai acumular duas funções, sem ganhar nada a mais por isso? Ou uma das salas vai ser fechada?

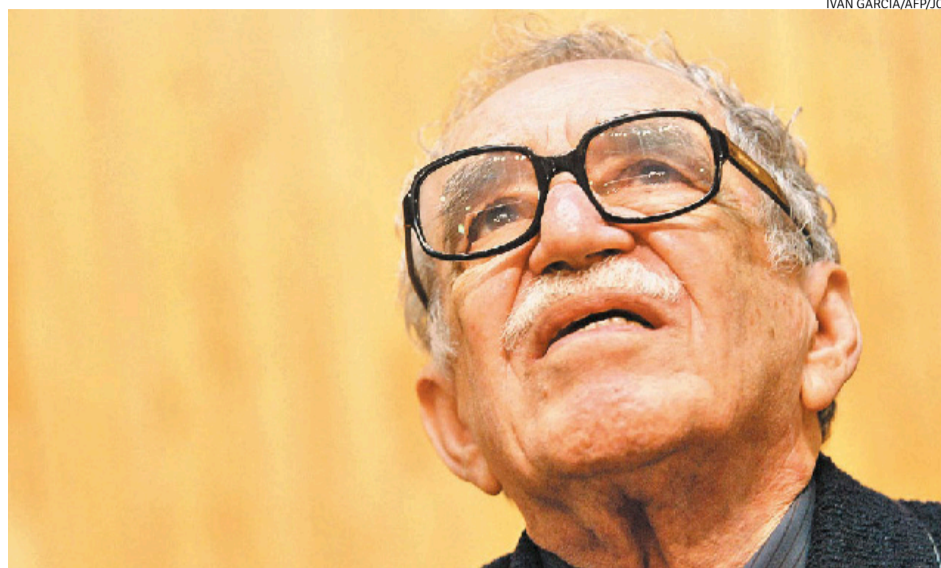
O mais grave é que todos os novos cargos e funções foram criados para preenchimento sem qualquer concurso público, ou seja, por livre e espontânea vontade da direção da Fundação (aliás, o próprio presidente dela tem sobre sua cabeça esta ameaça), do secretário da Cultura ou do governador, o que significa que não há necessidade explícita de competência e capacidade e, sim, interesse político para a sua nomeação. Não se pensou, em momento algum, em quadro permanente. Deste modo, a Fundação Theatro São Pedro está fadada a ser cabide de emprego: para ser iluminador, administrador ou técnico, não precisa conhecer a função, basta gozar da simpatia da autoridade nomeante.

Muito se lembrou, na última semana, a figura de Eva Sopher, que liderou a reconstrução do Theatro São Pedro, salvando-o da destruição. Na época, quando ela coordenou a criação da Fundação Theatro São Pedro, havia justamente a preocupação de institucionalizar a Fundação. Mas ela não venceu este desafio. Nem o então

governador Sinval Guazelli, nem os que se seguiram a ele - José Amaral de Souza, Alceu de Deus Collares, Jair Soares, Pedro Simon, Antonio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro, José Ivo Sartori, Ranolfo Vieira e o atual Eduardo Leite - reconheceram a importância de institucionalizar a Fundação. A instituição, assim, sobrevive à míngua, a partir do esforço e dedicação dos funcionários, parte em quadro em extinção; outra parte mediante cedência de outros órgãos e secretarias; uma parte contratada enquanto cargo em comissão. De seu, mesmo, a Fundação Theatro São Pedro só tem os artistas e o público, que, felizmente, isso nunca lhe faltou.

Em 2028, serão 170 anos de Theatro, quase dois séculos, de sobrevivência. Estamos às vésperas de uma nova eleição estadual. Será que algum candidato vai incluir a correção deste absurdo em seu programa de governo?

Sem institucionalização, a Fundação Theatro São Pedro sobrevive à míngua, a partir do esforço e dedicação dos funcionários



IVAN GARCIA/AFP/JC

Relançamento de *Viver para contar* revisita a infância do emblemático escritor colombiano

Biografia de García Márquez volta às vésperas de centenário

“É muito difícil competir com a infância.” Era assim que Gabriel García Márquez respondia a quem perguntava por que havia escrito “apenas” um dos três volumes previstos para suas memórias. O resultado foi *Viver para contar*, fundamental para compreender a obra do escritor colombiano.

Ali, como registra a Folhapress, estão personagens, cenários e episódios que mais tarde reapareceriam transformados em literatura. As tias que enchiam a casa com suas manias e crenças, a avó que narrava acontecimentos extraordinários como fatos corriqueiros, o avô coronel que lhe apresentou o mundo e a própria cidade de Aracataca: tudo acabaria migrando para os romances que fizeram de García Márquez um dos autores mais importantes do século XX.

Entre as lembranças mais célebres está a do avô que leva o menino para conhecer o gelo. A cena, eternizada em *Cem anos de solidão*, ocorreu numa região de calor permanente, onde as temperaturas raramente descem dos 24 graus. Como tantas outras passagens da obra de ‘Gabo’, o que parece invenção nasceu da experiência concreta.

É justamente essa relação entre memória e literatura que está no centro de *Viagem à semente*, a monumental biografia escrita por Dasso Saldívar e agora reeditada no Brasil, pela Record, às vésperas do centenário de nascimento do autor, celebrado em 2027. Lançado originalmente em 1997, o livro oferece uma oportunidade rara para visitar não apenas a vida do Nobel colombiano, mas a formação de sua imaginação.

O colombiano Saldívar trabalha quase como um historiador. Resultado de anos de pesquisa, entrevistas e viagens pelos lugares onde viveu o escritor, a obra parte de uma hipótese surpreendente: a história de García Márquez não começa em 1927, quando ele nasce, mas quase 20 anos antes.

Em 1908, seu avô, Nicolás Ricardo Márquez, matou um homem em um duelo e foi

obrigado a abandonar sua cidade. Instalou-se então em Aracataca, pequena localidade do Caribe colombiano que, décadas mais tarde, seria transformada em Macondo.

A infância tornou-se a grande obsessão do biógrafo. Para reconstruí-la, ele entrevistou personagens esquecidos, como a primeira professora, reconstituiu a casa dos avós e percorreu Aracataca em busca dos cenários que reapareceriam nos romances. Ali estavam o trem amarelo, o ciclo da banana, a presença avassaladora da United Fruit Company, os conflitos trabalhistas e políticos, os ecos da Guerra dos Mil Dias e as histórias fantásticas narradas pelos mais velhos. Em *Cem anos de solidão*, todos esses elementos retornam transformados em literatura.

Um dos maiores méritos da biografia é mostrar que aquilo tantas vezes apresentado como pura invenção possui raízes na experiência do escritor. O fantástico não surge da fuga da realidade, mas de uma observação atenta dela. Os fantasmas, premonições e acontecimentos extraordinários de Macondo nascem de uma cultura popular em que o sobrenatural convive com o cotidiano.

A própria viagem que García Márquez fez a Aracataca, em 1952, aos 25 anos, ocupa lugar central na narrativa de Saldívar. O jovem jornalista voltava para vender a antiga casa dos avós, e percebeu que ali estava a matéria-prima de sua literatura. Anos mais tarde, reconheceria no retorno uma das experiências decisivas para a criação de *Cem anos de solidão* e de outras obras.

Ao acompanhar essa trajetória, Saldívar realiza mais do que uma biografia. Seu livro funciona como investigação sobre a formação de um imaginário literário. Talvez por isso a frase de Gabo continue tão reveladora. É mesmo difícil competir com a infância - sobretudo quando ela segue alimentando uma das maiores obras da literatura latino-americana, tantas décadas depois.